



Tema:
**"OS DESAFIOS DA INTERNACIONALIZAÇÃO
NA UNIMEP"**



11º Congresso de Pós-Graduação

MARCOS HISTÓRICO-LEGAIS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

Autor(es)

ROMILSO MIZAEAL DE MOURA

Orientador(es)

PROFº CESAR ROMERO AMARAL VIEIRA

Resumo Simplificado

MARCOS HISTÓRICO-LEGAIS DA EDUCAÇÃO INTEGRAL NO BRASIL

Romilso Mizael de Moura[1]

Cesar Romero Amaral Vieira[2]

RESUMO

O sistema educacional brasileiro prevê a prática de uma educação integral que supõe atividade escolar em turno integral e uma formação completa do ser humano. Tal concepção tem motivado debates em meios diversos, assim como tem sido objeto de políticas públicas que buscam consolidá-la como modalidade da escola brasileira. Um dos questionamentos desse debate se refere ao grau de consistência da educação integral para se tornar a opção mais viável a uma prática educacional que responda às necessidades da vida em sociedade e promovam a dimensão humanizadora da escola. Tendo em vista este questionamento, este trabalho especula essa concepção de educação a fim de entender as condições que impactam em sua concretização. No plano geral, o estudo objetivou uma compreensão mais ampla da ideia de educação integral; especificamente, buscou identificar os vários momentos em que essa concepção de educação vigorou no país até chegar ao presente, quando se tornou objeto recorrente das políticas públicas. Para cumprir esses objetivos, o estudo recorre a fontes de dados bibliográficos e documentais. Os dados bibliográficos se alinham a um procedimento metodológico inicial da pesquisa de doutorado a que este estudo se filia, a saber, a fundamentação teórico-conceitual; os dados documentais incluem leis, decretos e textos afins, lidos e analisados interpretativamente. Os resultados sugerem que concepções de educação integral remontam ao período colonial e permearam o século XX mediante iniciativas de mais vulto como a escola-parque — projeto de Anísio Teixeira desenvolvido em Salvador nos anos 50 — e os Centros Integrados de Educação Pública — idealizados e criados sob a coordenação de Darcy Ribeiro na década de 80. Mais que isso, os resultados apontam que ações em prol da educação integral não só foram esparsas, localizadas, desuniformes e pouco abrangentes, como também se sujeitaram a regimes e mudanças de governo, dentre outros entraves. Disso se pode deduzir que se trata de uma modalidade educacional incomum na cultura escolar do país; e justamente por isso é provável que sua concretização no presente se sujeite a entraves como escolas despreparadas, material e funcionalmente, para receber os alunos. É provável que as políticas públicas educacionais que preconizam a educação integral para o brasileiro não prevejam essa dimensão que permeia a prática dessa educação. Nesse caso, tais políticas precisam ser, sobretudo, do Estado, porque oferecer estrutura escolar compatível com o que elas prescrevem é responsabilidade estatal. Assim, a dinâmica da política educacional e o modo como o processo acontece apontam a necessidade de avançar mais na implementação de novas estratégias e na ampliação dos horizontes e das perspectivas.

Palavra-chave: sistema educacional, turno integral, políticas públicas, cultura escolar.

[1] Doutorando em Educação pela Universidade Metodista de Piracicaba (UNIMEP) e professor de educação básica — Filosofia e Sociologia. Email: r.mizael@hotmail.com.

[2]{C} É professor do Programa de Pós-graduação em Educação da UNIMEP. Email: crvieira@unimep.com. Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6435460838203204>